

Sobre o pensamento lógico e o falso silogismo

Antonio Heberlê

Incomodado com as inúmeras inverdades que agora chamadas de “*fake news*” que povoam a área do conhecimento em geral, o físico e teórico britânico Stephen Hawking, que morreu em março de 2018, disse que “o maior inimigo do conhecimento não é a ignorância, é a ilusão do conhecimento”. Ele faz referência a uma discussão central da contemporaneidade científica e leiga que, sem ir às bases do conhecimento, saem propalando inverdades, iludidas pelo falso saber. O desleixo com as consequências de orientações elementares durante a crise pandêmica, a recomendação de remédios e procedimentos



sem nenhuma aplicabilidade, ampliou o número trágico de mortes. Estima-se que $\frac{1}{4}$ das mortes poderiam ser evitadas se as recomendações corretas fossem oportunamente dadas pelos governos e seguidas. Infelizmente algumas pessoas “acham” que sabem, sustentam com a espada do ceticismo as suas ideias infundadas e inconsistentes e sacralizam o engodo, grosseira e danosa mentira. As piores consequências deste *modus operandi* acontecem quando decisões equivocadas resultam em políticas públicas e levam a milhares de mortes. Neste caso há notória (má) intenção. Os registros, nas mídias, estão lotados desses desatinos, carreados pela ilusão da exclusividade do conhecimento e do saber correto. As mortes são conta impagável, mesmo no veredito do melhor dos tribunais.

Vivemos tempos curiosos em relação a comportamentos que envolvem ética pública e também privada, sabendo que elas não devem ser descartadas. Há uma corrente considerável de pessoas que acredita que o planeta é absolutamente plano. Esse fato não é questão de gosto pessoal ou falta de conhecimento, mas de desonestidade mesmo. Ou seja, mesmo que todas as evidências mostrem o contrário, isso não importa aos céticos de uma determinada “religião”. No século XVII, quando Galileu Galilei foi condenado por heresia no Tribunal da Inquisição por mostrar que é a terra que gira em torno do sol (heliocentrismo), e não o contrário (geocentrismo), grande parte dos influenciadores da época continuaram a acreditar e defender publicamente o engodo, consubstanciado na falsidade.

Os comportamentos éticos diante dos fatos foram objeto de análise do psicólogo americano Leon Festinger, a partir de 1957. Ele mostrou que a mente inventa novos pensamentos ou valores, ou ainda, manipula e altera conceitos e crenças pré-existentes a fim de reduzir ou eliminar os efeitos diferentes àquilo que acredita no momento



como verdade. Trata-se do que ele chama de dissonância entre cognições.

A dissonância cognitiva lida com as incoerências humanas de comportamento diante dos fatos. A ela se acopla o conceito de percepção seletiva. A primeira trata do conflito psicológico do indivíduo quando se depara com uma escolha aparentemente ‘errada’; e a outra trata de filtros e estímulos adquiridos por este mesmo indivíduo cujos valores irão avaliar se a escolha é ou não ‘errada’.

Temos um padrão de crenças, conceitos e valores adquiridos que filtram aquilo no qual vamos passar a acreditar e isso é bem compreensível e natural como defesa. Por isso, é difícil dobrar-se à realidade mesmo diante daquilo que salta aos olhos. Não deveria ser estranho que as pessoas parassem de sustentar suas ideias quando diante das evidências elas se mostrassem erradas. Porém, é confortável dizer a si mesmo que há razão nas apostas, mesmo que a justificativa prenda-se numa face obscura da realidade. A pessoa recorre à poeira imaginável dos seus delírios para sustentar uma falácia, e pronto, não há como discutir, porque a dialética não se apresenta como algo possível.

É necessário, nesta quadra temporal, reposicionar alguns valores. O pensamento lógico pode nos ajudar. Ele norteia a ciência aproximando o homem de um comportamento ético e dá sustentação para que se possa conviver em sociedade com razoável sanidade. Esta ética permite o bem viver, com respeito a determinadas regras, amparadas pelo que é considerado correto e razoável, voltadas para o bem comum.

Com o tempo observou-se que não existe um bem comum efetivo, total ou mundial, mas apenas valores instalados e sustentados em setores da vida social. O bem comum, mesmo esse que não é comum, teima em não ser determinante e tem se acirrado o enfrentamento entre o que é justo, bom e verdadeiro e o que é absurdo, in-



justo, contra o senso e inverídico. Importante que se observe, neste cenário, se há algum precedente que admita inversões de valores fundados numa ética antropológica, consagrada na filosofia universal.

Temos sim uma curiosa admissibilidade, também entre os filósofos fundadores. Na Grécia Antiga, em plena ebulição das ideias do bem viver na polis -que fundam a ética-, aparecem as ideias sofistas, uma estrutura de pensamento que foge às regras da lógica. O sofista prega, defende e se vale da falácia, do engano, por meio de argumentos inválidos, ideias equivocadas ou crenças falsas. Precisou que se consolidasse o pensamento baseado na lógica para enfrentar a falácia, como erro de raciocínio ou argumentação. Os sofistas se valiam do “falso silogismo”, um tipo de raciocínio formado por duas premissas e uma conclusão. O falso silogismo leva a pessoa a acreditar numa ideia baseada numa sustentação argumentativa enganosa, uma ideia equivocada ou uma crença falsa. A falácia também pode ser considerada um silogismo dialético, uma vez que se baseia em juízos hipotéticos ou incertos, usado nos estudos da retórica e da persuasão e refere-se às opiniões.

Exemplo clássico de silogismo dedutivo

Todo homem é mortal

João é homem,

João é mortal

Exemplo de falso silogismo

Todo político é ladrão

Eduardo é político

Eduardo é ladrão

Observe a força inquestionável da premissa maior no caso do silogismo clássico, já que não se tem notícia da imortalidade no curso da vida dos seres no Planeta Terra. Da mesma forma, observe o quanto é questionável e dúbia a premissa maior no caso do falso silogismo, o que leva ao erro na conclusão. A premissa falsa poderia ser, no Brasil de hoje, apenas como exemplo:

Toda pessoa que veste a camisa verde/amarela é favorável ao governo

Paulo veste camisa verde e amarela da seleção brasileira

Paulo é governista

Partindo de uma premissa dúbia, se poderia dizer que todos os jogadores da seleção brasileira seriam governistas, pelo fato de usarem a primeira camisa da esquadra brasileira, que é verde e amarela. Ora, ainda que alguns atletas sejam favoráveis ao governo, não se pode dizer que, pelo fato de envergarem a camisa oficial todos sejam governistas, o que denota a fragilidade da premissa. A contribuição dos sofistas resultou também no desenvolvimento do silogismo científico, baseado em argumentos que passam por testes de validação, os quais contêm o valor de verdade, seja nas premissas ou nas conclusões. Interessante que a principal finalidade dos sofistas era introduzir os jovens na vida política, usando a verve discursiva. Observe-se que a formação política nasce amarrada ao sofismo, na aposta em uma técnica capaz de convencer o outro, mesmo a partir de premissas falsas. Mesmo assim, das técnicas sofistas se sabe pouco, já que não há uma memória das suas estratégias, apenas o que deles disseram seus principais adversários teóricos, Platão e Aristóteles.

Como saber se estamos diante de um argumento sadio, que nos leve ao bem, ou doente, inundado pela mentira e pelo engodo? Para



se saber se há lógica ou falso silogismo numa afirmação, precisamos do insumo básico de tudo isso: o exercício do raciocínio. Em plena ditadura militar no Brasil, entre as décadas de 1960 e 70, o jornalista Millôr Fernandes manteve um título curioso e instigante em sua coluna no combativo jornal “O Pasquim”, dizia ele: “Livre pensar é só pensar”. O humor refinado de Millôr provocava as pessoas a simplesmente “pensar”, nada mais. Parece pouco e simples, mas é muito, e complexo, porque pensar provoca desacomodação, precisa-se sair do padrão mental para fazer um ato auto-revolucionário, incontável por qualquer sistema de observação e controle. No caso, parar, refletir e ter alguma ideia ou atitude sobre aqueles dias de exceção é o que propunha o jornalista.

Sob quaisquer circunstâncias, ninguém pode impedir ou proibir que pensemos, que possamos refletir sobre a realidade e, mais ainda, que tenhamos a ousadia de manifestar pensamentos lógicos. É sobre lógica e o seu oposto, o sofisma, como possibilidade de avaliar as coisas do mundo, a que nos dedicaremos neste ensaio. Para manter a coerência com os princípios da lógica, precisamos navegar de forma muito sucinta na história do pensamento ao longo do tempo para saber como ele foi se estruturando para chegar, com força dialética, até os nossos dias.

O conhecimento e as formas de obtê-lo são objeto da atenção humana há muito tempo e possibilitaram a criação de sistemas método-lógicos, abrindo as portas para o desenvolvimento técnico e científico. Embora filosofia e ciência constituam espaços distintos hoje, ambos têm raízes comuns, radicados na forma de pensar o mundo. Mesmo antes da Grécia antiga o homem tem se esforçado em compreender a lógica do funcionamento das coisas por meio do uso da



razão e não mais pelo sagrado, intuídos pelos mitos e deuses ancestrais.

Difícil precisar quando o homem começa a pensar sobre a sua existência e sobre as implicações da ação do pensamento sobre o cotidiano da vida. A história da filosofia, que se dedica a descrever o desenvolvimento do pensamento, recupera os principais traços deixados por grandes pensadores, dentre eles e em destaque Sócrates (Grécia), Buda (Índia) e Lao-Tsé (China), que entre 700 e 500 anos antes de Cristo, foram precursores das principais reflexões sobre os sentidos da vida.

A Índia de Lao-Tsé é a precursora do pensamento que interpreta a vida com base no sagrado. Em torno de 700 a.C os *Upanishads* são os primeiros a romper com o pensamento original e sagrado das divindades. Para eles, cabe ao homem purificar seu *atmã* (alma) para se identificar com o real eterno, o que se faz com as sucessivas reencarnações, que se definem e redefinem numa linha ou regra, o que chamam de “carma”. É curioso que se tenha parado ou evitado de pensar criticamente sobre os preceitos indianos ao longo dos séculos. Talvez eles tivessem colaborado para outras digressões nos nossos dias.

A nova maneira de pensar que se consagrou e chega até nós com grande força, entretanto, nasce na Grécia clássica. Em torno do século VI a.C o homem se liberta das fantasias e encantos do pensamento mítico para pensar “racionalmente”. Significa o desaparecimento da força energética dos deuses para atender a racionalidade humana, traduzida na invenção das regras para a *pólis* (cidades)¹, baseadas

¹ Na Grécia Antiga, a **pólis** era um pequeno território localizado geograficamente no ponto mais alto da região, e cujas características eram equivalentes a uma cidade.



no “logos”² e na razão. Autonomizado, o homem se vê de frente com problemas seus, antes atribuídos aos deuses. A partir de então os sujeitos nascidos na Terra, por meio da razão, procuram explicar todas as coisas, e já não podem mais atribuir as explicações às divindades. Ao agir com autonomia, sem o divino, a vida parece ter ficado bem mais complicada para o homem.

Não foi uma transição fácil sair da tutela dos deuses. Assujeitado, o homem, enquanto protagonista do seu destino, precisou admitir a ideia de que soberana são apenas as leis criadas por ele mesmo, para reger as cada vez mais complexas relações e interações sociais na pólis. Tais regras, baseadas na ética, traçam o fundamento da democracia, esta que se mantém ativa e operante até hoje, ainda que com inúmeros percalços. O alvorecer da democracia já trouxe a dimensão de suas aplicação. Os líderes da época tiveram que enfrentar os limites territoriais da própria liderança. Precisaram decidir quem poderia participar ativamente nas decisões, o ser habitante e habilitado nas cidades, o “cidadão”, e lhes atribuir “cidadania”. A atribuição social de responsabilidades demarca uma cisão importante, já que mulheres, crianças, escravos e estrangeiros não tinham acesso às decisões nos Fóruns (Romanos) e nas Ágoras (Gregas) . Especialmente para estes segmentos segregados da polis, num governo de nascedouro seletivo, consagra-se o modo de operação da política e ao mesmo tempo a ideia de que, em definitivo, os deuses abandonaram os homens.

2 Para Heráclito de Éfeso (sV a.C.), logos é o conjunto harmônico de leis que comandam o universo, formando uma inteligência cósmica onipresente que se plenifica no pensamento humano.

As regras do bem agir, a partir das concepções humanas, tendem a resguardar comportamentos de seus representantes, uma vez que são medidos com a régua que defende seus interesses ou a de seus grupos sociais. No banco dos réus dos tribunais de ontem e de hoje dificilmente sentam membros da soberania burguesa. Ao contrário, a maioria de condenados e presos pertencem a classes sociais historicamente reprimidas na escala social, como pobres, negros e segregados sociais.

O chamado homem comum aprendeu, com o tempo, a conviver com a ética vigente, geralmente sustentada pelos mecanismos de poder, e travou-se um jogo interessante de tensões. Em muitas sociedades, como a brasileira, testar o limite das convenções é muito comum. Há uma subliminar e por vezes acentuada desobediência civil ao contrato social e também às regras da originalidade ética, que deveriam ser fundadas no bem comum. A transgressão busca corrigir o erro de origem desta ética sob tutela. O “jeitinho brasileiro” é o retrato de que cumprir as regras institucionais e de convivência passou a ser quase improvável quando existe outra opção.

Essa outra opção, sempre disponível, foi objeto, na Grécia Antiga, do pensamento baseado no sofismo. Em oposição ao pensamento racional que se estruturava para sustentar o pensamento lógico, os sofistas admitem que há necessariamente uma arbitrariedade em qualquer afirmação categórica, e por isso que definem logo, promovendo a auto-arbitragem. Afirmavam que toda a medida estava no próprio homem, de tal forma que ao soprar o vento, ele -o vento- pode ser frio ou quente, dependendo do estado da pessoa que o recebe. Ou seja, a verdade é aquela necessária para mim e apenas para mim. Em outras palavras, não há qualquer validade universal, pois as proposições são dependentes de um critério sempre singular e específico da subjetivi-



dade, como no caso das sensações, o ‘eu’ é que mede as coisas. Fundamental que façamos uma reflexão sobre o que sustenta o pensamento sofista, pelo que se embate com o pensamento lógico.

A lógica baseada na filosofia clássica e também influenciada pelos sofistas se consolida com Sócrates (470-399), -o homem que perguntava-, que destrói com o mundo das certezas ao afirmar “só sei que nada sei”. Fundador da ética, mais tarde refinada por Aristóteles, Sócrates viveu o apogeu da crise da democracia ateniense e implodiu com a visão idílica do que antes se pensava sobre as coisas do cotidiano. Para ele, o homem só pratica o mal porque ignora o que seja virtude e o verdadeiro conhecimento só pode agir baseado no bem.

Ao continuar a obra de Sócrates, Platão, sob o forte impacto do pensamento sofista das ruas, apresenta a dialética como proposta de análise e interpretação do mundo, afastando-se dos fundamentos da política para consagrar o mundo baseado nas teorias. A filosofia cresce a partir de Platão porque ele separa o que é aparente e transitório, como a opinião, (doxa) para pensar o que é essencial para a vida (episteme). Temos na episteme de Platão as bases para o que depois será organizado como conhecimento científico, separando-o da trivial opinião, ou o que qualquer pessoa pode dizer sobre qualquer coisa.

Dentre estes pensadores da era clássica, fundadores da filosofia, os quais colocaram as pedras fundamentais da ciência moderna, Aristóteles, nascido em 384 a.C. passou a ser o mais influente e profundamente estudado pelos demais teóricos. Pensadores como Kant, no século XVIII, Hegel e Marx, no século XX, fazem de Aristóteles uma fonte básica de inspiração e toda a lógica tem por base as questões por ele propostas. Chega-se, neste breve relato, portanto, ao conceito vertebral para entender a vida social: a lógica.



A lógica aristotélica

Com base em Aristóteles a lógica surge como parte da filosofia, estudando o formato do pensamento. Analisa o modo como relacionamos as informações e se concluímos de forma correta. Pode ser considerada como ferramenta para pensar a verdade, por meio do raciocínio coerente, expressando uma relação de causa e consequência. Para seguir o preceito lógico o homem precisa ter disposição para raciocinar com justeza e coerência e se afastar do achismo e da pressuposição sobre as coisas do mundo. Tal harmonia de raciocínio impõe proporcionalidade formal entre argumentos e a equilibrada relação entre todos os termos e a total concordância entre cada um deles num caso qualquer.

Caso estes valores discricionários e fundados na lógica tivessem sido adotados no curso das decisões sobre a pandemia é razoável acreditar que muitas decisões médicas e políticas sobre o enfrentamento da doença seriam melhor conduzidas. Tanto as ciência médicas quanto a ética dos representantes políticos teriam que recorrer ao raciocínio lógico, diminuir ao máximo o impacto da doença nas populações, por meio de medidas aprendidas em situações similares (outras pandemias), como a da gripe espanhola do início do século. Infelizmente, a lógica esteve afastada das decisões e a racionalidade científica foi ignorada.

A ética científica é clara mas sua operação é bastante inespecífica, porque trata da ordem da autonomia do próprio homem, contando com toda a sua inerente subjetividade. Trava-se, portanto, uma tensão entre o pensamento racional e a subjetividade de quem o realiza e aqui abre-se um parêntese para dizer que a sociologia e a antropologia, por exemplo, valem-se mais dos dados subjetivos do que mesmo



da objetividade dos fenômenos, eis que sua matéria prima de trabalho é o próprio homem. Esse fato, ainda assim, não justifica a ignorância à racionalidade baseada no conhecimento.

Aristóteles formulou os princípios da lógica tradicional, conhecida como a “Lógica” de Aristóteles. A lógica epistêmica aristotélica, também chamada “lógica do conhecimento”, agrega o princípio da certeza, ou da incerteza, bases da ciência moderna. O objetivo é estudar a relação do pensamento com a verdade, constituindo-se numa ferramenta para analisar se os argumentos utilizados nas premissas levam a uma conclusão coerente. Aristóteles resumiu suas conclusões sobre a lógica no livro *Organum* (instrumento).

A lógica aristotélica se configura no raciocínio analítico, baseado em dois pilares, a lógica dedutiva e a lógica indutiva. A lógica dedutiva ou silogismo busca analisar várias informações em busca de um único resultado, partindo-se do geral para o específico, como já mostramos no exemplo de que “todo homem é mortal”. A lógica indutiva faz o inverso, parte do específico para o geral como forma de validar o conhecimento específico, ou seja, observa-se uma determinada situação (João é mortal, Paulo é mortal, Maria é mortal, etc) e busca-se por um padrão ou uma regra geral explicações para a situação, que se aplique a todos os casos análogos.

As lógicas dedutiva e a indutiva são a base do pensamento racional e passaram a se constituir nos principais métodos para a investigação científica. Somente no final do século XIX se tem algo novo nesse quadro, com a contribuição do filósofo norte-americano Charles Sanders Peirce. Ele nos fala da abdução e, portanto, da lógica abduktiva. Por meio da abdução procura-se a melhor explicação, a melhor hipótese para solucionar um determinado problema. Foge-se do convencional, do que em maior ou menor grau abala crenças ou hábitos



anteriormente consolidados, buscando uma conclusão mais ampla e desenvolvendo ideias, hipóteses e novas possibilidades.

Mais recentemente as contribuições de Hanson Popper, em seu livro *The logic of scientific discovery* (1959), a lógica aristotélica também é questionada. Ele afirma que “não há um método lógico para se ter novas ideias, ou para a reconstrução lógica do seu processo. Cada nova descoberta contém um elemento irracional, ou uma intuição criadora”. Segundo ele, as velhas crenças e velhos hábitos não trarão as soluções necessárias para o mundo que está aí, disruptivo, inovador e criativo. Poderíamos acrescentar que, talvez, o homem tenha que se voltar a investigar também o sagrado, reatando aquela ruptura original, quando, em nome da epistemologia de sua ciência, deixou de fora todas as demais forças que não pudessem ser analisadas pela sua própria métrica. A análise criteriosa e lógica das subjetividades humanas e a influência de outras essências (a quintessência) em nada se assemelha aos sofismas.

Os sofistas e a arte da retórica

O sofismo é uma estrutura de pensamento que foge às regras elementares da lógica e nesse sentido facilmente conduz a conclusões falsas. A origem do termo é correlata com a dos filósofos clássicos, entre os séculos V e IV a.C., quando os sofistas atuavam como mestres da retórica na Grécia Antiga. Eles acreditavam que a verdade é múltipla, relativa e mutável. Na Grécia Antiga, haviam professores itinerantes que percorriam as cidades ensinando, mediante pagamento, a arte de falar bem e influenciar pessoas interessadas na “retórica”.

O sofisma é um tipo de falácia, um engano, um argumento inválido, uma ideia equivocada ou ainda, uma crença falsa. Nos estudos da



lógica, a falácia é um erro de raciocínio ou argumentação, aparentemente correto, baseado no silogismo, como já mostramos. Acontece que um erro de avaliação pode ser fatal.

Na pandemia da Covid-19 líderes de governos afirmaram que a única forma de enfrentar a pandemia seria salvar a economia do colapso, garantir os empregos e as empresas. Para atender a esse fundamento (no Brasil e nos EUA principalmente) as pessoas foram incentivadas a manter a circulação nas ruas para chegarem aos seus empregos e abrir as portas dos estabelecimentos. A falta de material de prevenção adequado completou o quadro dramático que resultou num número de mortos por mil ascendentes e desproporcional na fase inicial da pandemia nesses países. Partir de falsas premissas em políticas públicas pode ser considerado um atentado à vida da sociedade.

Talvez em função de ocorrências como estas os sofistas, termo que originalmente significaria “sábios”, não tardou a adquirir o sentido de desonestidade intelectual, principalmente por conta das definições de Aristóteles e Platão. Aristóteles, por exemplo, definiu a sofística como “a sabedoria (sapiência) aparente mas não real”. Para ele, os sofistas ensinavam a argumentação a respeito de qualquer tema, mesmo que os argumentos não fossem válidos, ou seja, não estavam interessados pela procura da verdade e sim pelo refinamento da arte de vencer discussões, pois para eles a verdade é relativa de acordo com o lugar e o tempo em que o homem está inserido.

Desta forma, o termo “sofista” não corresponde exatamente a uma escola filosófica mas a uma prática. Para facilitar podemos elencar algumas características comuns aos sofistas, tais como: aparecem durante a consolidação da democracia em Atenas no século V. a.C.; eram professores itinerantes que ensinavam os jovens, mediante pa-



gamento, a arte da oratória, imprescindível para a vida adulta em um regime democrático; O que deles sabemos resulta daquilo que foi citado por seus principais adversários teóricos e, por isso, não podemos ter uma conclusão adequada sobre o que eles pensavam.

A Revolução Copernicana e a descoberta dos transcendentais

Kant elaborou uma teoria segundo a qual nosso conhecimento do mundo deriva da interação entre três faculdades: sensibilidade, entendimento e razão. Foi a essa tríade que Nicolau Copérnico recorreu, quando percebeu que os dados astronômicos sobre os movimentos dos astros celestes não batiam com o modelo em que todos eles se moviam em volta da Terra. Em busca do entendimento e com sensibilidade teve a ideia de experimentar (usando a razão) um modelo novo, em que fosse o Sol que estivesse no centro, com a Terra girando em volta dele.

O mesmo Kant, ao perceber que certas determinações, se estivessem nos objetos, não poderiam ser universais e necessárias, teve a ideia de tentar um modelo novo, segundo o qual tais determinações universais e necessárias dos objetos não estivessem nos próprios objetos, mas fossem, ao contrário, impostas a eles pelo sujeito que os conhece. Desta forma, é o sujeito, ao conhecer certos objetos, que lhes impregna certas determinações. O sujeito poderia saber de antemão que tais determinações estariam sempre no objeto, porque são sempre postas nele pelo sujeito. É o sujeito que ao se aproximar das coisas e tentar compreendê-las os impregna de valores seus. Aquilo que Peirce chama de “experiência colateral”, são vivências, obtidas antes das pessoas tomarem conhecimento das coisas novas.



Kant chamou tais determinações, sempre presentes nos objetos do conhecimento, postas pelo sujeito no processo de conhecimento, de transcendentais. O termo transcendental deve ser entendido em Kant no seguinte sentido: acabamos tendo um conhecimento que queremos ter e nem sempre impulsionado pelo que as coisas apontam. A percepção funciona independente e talvez mais impulsionada pela vontade de ver o que se quer ver, como pontuou Festinger. De acordo com esta análise, as pessoas estariam mais propensas a acreditar no falso silogismo do que na lógica baseada na empiria.

Há no homem de Kant essa capacidade de criar juízos, longe de qualquer experiência e que reporta a “um conhecimento da experiência possível em geral”. Sem essa síntese que se realiza no campo transcendental, fica impossível a percepção do objeto como fenômeno. A verdade, então, é uma adequação do conhecimento ao objeto. A certeza que antes se projetava na dimensão objetiva, agora é uma condição subjetiva. A revolução que empreende Kant (juntamente com Descartes e depois com Peirce) corresponde à gênese da epistemologia moderna: Isto é, as leis da natureza são as minhas leis, o meio em que tudo aparece é o meu plano transcendental; as ligações, sínteses nesse meio, no espaço e no tempo, são feitas segundo as minhas categorias (Marques, 2003, p. 50).

Kant se auto denominava como um “idealista transcendental”, porque admitia a existência da matéria, mas os corpos são, para ele, simples fenômenos; portanto, “também nada mais do que uma espécie das minhas representações, cujos objetos só por estas representações são alguma coisa, mas não são nada fora delas” (Ibid., p. 316, 317). Assim, ele nega uma “realidade objetiva” fora do homem, restando-lhe proclamar a “idealidade de todos os fenômenos”.



É esse “Eu” idêntico que oferece as condições para que se realize todo o processo de conhecimento. Há um real fora do homem; pela sensação, ele intui o objeto. Mas para que este mesmo objeto se transforme em conhecimento é necessária a mediação das categorias. Então, temos nesse caso um “conhecimento empírico (a experiência)”. Sem essa abertura para o mundo sensível, ficamos apenas no nível transcendental – o puramente intelectual. Ocorre que a “realidade objetiva” é uma possibilidade das categorias; os objetos do mundo sensível se apresentam como fenômenos.

Peirce nos diz que só intuímos os objetos na medida em que somos afetados exteriormente por eles, já que o objeto em sua totalidade nos escapa. Ele então divide o objeto em imediato (aquilo que uma mente é capaz de perceber) e dinâmico (aquilo que é independente do que podemos perceber). Habermas recomenda seguir o conselho de C. S. Pierce ao distinguir entre “realidade” representada na linguagem por meio da percepção (objeto imediato) e aquilo que temos de enfrentar, no trato prático, “como “existência” experimentada como resistência em um mundo repleto de riscos.

O pragmatismo de C.S. Peirce deslocou a antiga objetividade kantiana e a introduziu no mundo social. A verdade é função das crenças que começam e terminam entre elas mesmas (James, 1967, pp. 128, 129). A verdade apresentaria uma “elasticidade” e seria um nome coletivo para processos de verificação, já que apareceria no curso dos acontecimentos. Essa disjunção da totalidade que nos escapa não justifica, em nenhuma hipótese possível, o fato de se acreditar em falácias e admitir como regular uma ordem falsa ao silogismo, mas ajuda a compreender como é possível se chegar a isso.



Considerações finais

Para finalizar precisamos voltar à possibilidade de transcendência descritas por Kant e reiteradas por Peirce para interpretar os fatos contemporâneos à luz da forma como se percebe o mundo. Sensibilidade, entendimento e razão, na visão kantiana e primeiridade, secundidade e terceiridade na visão de Charles S. Peirce estruturam a percepção. Estas faculdades são ativas no processo de conhecimento, já que ao passar por elas se estruturam e transformam as próprias percepções do mundo. Essa possibilidade permite ao homem criar juízos com base em experiências mentais, transcendentais, sem o chão empírico.

Esse campo fértil da imaginação, combinadas com transgressões às bases éticas permitem a admissibilidade de valores infundados. Talvez seja esta a única forma de explicar comportamentos como os adotados por certas lideranças durante a pandemia da Covid-19. A mente humana é capaz de “construir” situações e lutar por elas com todas as forças (como diz Festinger) porque, essas formas de raciocinar admitem a falácia ou a mentira como realidade e não outra, mesmo que sustentadas em bases racionais, científicas e lógicas. Há, portanto, no homem, uma possibilidade em aberto para o falso silogismo. Esse pensamento dedutivo, uma vez filtrado por faculdades da percepção, passa a compor o que podemos chamar de “realidade paralela”. E milhares de pessoas podem ser influenciadas por essa “criação”, ao ponto de desprezarem qualquer outra explicação lógica ou mesmo embasada na empiria, ou do que se possa chamar de realidade em si.

Podemos chamar de desonestidade do conhecimento sustentar esse mundo paralelo, mas é mais do que isso. Ele se reporta a uma



falsa lógica para manter o comportamento equivocado de determinadas lideranças (como as dos EUA e no Brasil), demarcado pelo desleixo com orientações elementares durante a crise pandêmica como a recomendação de remédios e procedimentos sem nenhuma aplicabilidade. Tais lideranças e um séquito surpreendente vivem em um mundo de bandeiras hasteadas em nome de ideologias que precisam se sustentar justamente por não atenderem a dados objetivos da realidade por eles inventada. A negação da ciência faz parte desse formato, porque seus compromissos são definidos pelo ceticismo de suas ideias infundadas e inconsistentes, sacralizadas no engodo, eis que baseada em grosseira avaliação. Não é possível justificar o injustificável, mas é preciso compreendê-lo. No caso da pandemia, tais atitudes injustificáveis ampliaram desnecessariamente o número de mortos pela doença, uma conta impagável, mesmo no veredito do melhor dos tribunais.

O célebre Berthold Brecht diz que o pior analfabeto é o analfabeto político, porque dele decorrem muitas das mazelas humanas. Sem discordar do mestre talvez o tempo de hoje tenha criado um comportamento ainda mais danoso, porque concorre diretamente para a extinção de milhares de vidas humanas. Trata-se do egoísmo e da insensibilidade fundada na ideia de que é possível inventar uma verdade que sirva aos interesses pessoais. O mais radical do sofismo é pouco para justificar atitudes baseadas no falso, na mentira, e levar à morte milhares de pessoas. Em tempos de uma ciência rápida, eficiente, comprometida, capaz de criar antivirais em meses, é inominável que ela esbarre em portões fechados para o óbvio e o lógico em pleno século XXI.



Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor W. Dialéctica negativa. 1992. Madrid: Taurus Ediciones.

_____. 1993. Teoria estética. Lisboa: Edições 70. ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. 1985.

Dialéctica do Esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. BICCA, Luiz. 1997.

Racionalidade moderna e subjetividade. São Paulo: Edições Loyola. CASSIRER, Ernst. 1948.

Kant, vida y doctrina. México: Fondo de Cultura Económica. DELEUZE, Gilles. 1963. A filosofia crítica de Kant. Lisboa: Edições 70.

DUPUY, Maurice. 1987. A filosofia alemã. Lisboa: Edições 70.

DURÃO, Aylton B. 1996. A crítica de Habermas à dedução transcendental de Kant. Editora da UEL.

EAGLETON, Terry. 1993. A ideologia da estética. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

FERRY, Luc. 1994. Homo aestheticus: A invenção do gosto na era democrática. São Paulo: Ensaio.

GALEFFI, Romano. 1986. A filosofia de I. Kant. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

GOLDMANN, Lucien. 1967. Origem da dialéctica: A comunidade humana e o universo em Kant. Rio de Janeiro: Paz e Terra.



GUALANDI, Alberto. 2003. Deleuze. São Paulo: Estação Liberdade.

_____. Lyotard. 2007. São Paulo: Estação Liberdade.

HABERMAS, Jürgen. 2007. Entre naturalismo e religião: Estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. _____ . 2003. Era das transições. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. _____ . 1997. Teoria y práxis: Estudos de filosofia social. Madrid: Editorial Tecnos.

HOFFE, Otfried. 2005. Immanuel Kant. São Paulo: Martins Fontes.

HUME, David. 2004. Ensaio morais, políticos e literários. Rio de Janeiro: Liberty Fund; Topbooks. _____ . 1989. Investigações sobre o entendimento humano. Lisboa: Edições 70.

JAMES, William. 1967. Pragmatismo e outros ensaios. Rio de Janeiro: Lido.

KANT, Emmanuel. 1995a. A paz perpétua e outros opúsculos. Lisboa: Edições 70.

_____. 2005. Crítica da faculdade do juízo. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. _____ . 1994. Crítica da razão prática. Lisboa: Edições 70. _____ . 1989. Crítica da razão pura. 2. ed. Lisboa: Caluste Gulbenkian.

_____. 1975. Da utilidade de uma nova crítica da razão pura. São Paulo: HEMUS.

_____. 1992. A religião nos limites da simples razão. Lisboa: Edições 70.

